

SENADO

# Lúcio Alcântara

4 anos de  
mandato  
em defesa  
da cidadania





LÚCIO ALCÂNTARA

**4 ANOS DE MANDATO  
EM DEFESA DA CIDADANIA**

1995/1998

320.08

A 347

QAM

EX 2

Uma edição do gabinete do  
**Senador Lúcio Alcântara**

Projeto Editorial

**Ricardo Alcântara**

Redação

**Tatiana Chaves**

**Ricardo Alcântara**

Assessoria Técnica

**Aloísio Barbosa de Sousa Filho (Lula)**

Secretaria Editorial

**Sandra Ibiapina**

Secretaria Executiva

**Afonso Celso Machado Neto**

Programação visual

**Roberto Barros**

Fotos

**Célio Azevedo**

**Roosevelt Pinheiro**

Impressão

**Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal**

# Sumário

5 Um mandato em defesa da cidadania

6 Cargos parlamentares e institucionais

Aspectos legislativos

## ***Princípios e valores***

8 O Senador e a democracia

12 O Senador e a ética

## ***O lugar onde vivemos***

15 O Senador e o Brasil

18 O Senador e a Federação

20 O Senador e o Ceará

## ***Temas de interesse comum***

23 O Senador e a saúde

27 O Senador e o meio ambiente

28 O Senador e a terra

30 O Senador e a cultura

33 O Senador e a universidade

35 O Senador e a segurança

## ***O direito de cada um***

37 O Senador e a família

40 O Senador e o trabalhador

42 O Senador e a mulher

43 O Senador e o contribuinte

44 O Senador e o estudante

46 O Senador e o deficiente físico

47 Vida pública

51 Desempenho parlamentar



# UM MANDATO EM DEFESA DA CIDADANIA

O Congresso Nacional reflete em sua composição e qualidade política apenas o que a própria Nação é capaz de momentaneamente construir como estrutura de representação.

Muitos parlamentares que integram os quadros do atual Congresso ali chegaram pela força predominante de segmentos sociais específicos ou de núcleos econômicos que tentam fazer valer seus interesses, às vezes procedentes, muitas vezes unilaterais e excludentes.

Sem-terra, evangélicos, latifundiários, banqueiros, exportadores, operários etc., há um variado elenco de setores que possuem, quando não uma representação direta, pelo menos uma forte influência sobre um expressivo conjunto da bancada parlamentar.

Por nosso lado, procuramos, desde o início do nosso mandato, em janeiro de 1995, uma maior articulação com outros parlamentares que também buscam agir com um perfil de representação mais amplo.

Ao publicar este painel do que temos dito, proposto e defendido nestes primeiros quatro anos de mandato, nos gratifica saber que ele reflete esta orientação e nos dá a certeza de podermos afirmar que caminhamos na direção que desde o início a nossa consciência nos indicava.

**Senador** Lúcio Alcântara



# Cargos parlamentares

Membro da bancada de senadores do Partido da Social Democracia Brasileira, Lúcio Alcântara foi eleito como representante do Estado do Ceará, para a legislatura 1995/2002 e integra as seguintes comissões parlamentares e funções institucionais:

<b>Titular</b>	Comissão de Constituição e Justiça Comissão de Assuntos Sociais
<b>Suplente</b>	Comissão de Relações Exteriores Comissão de Assuntos Econômicos
<b>Membro</b>	Conselho de Ética e Decoro Parlamentar – SF
<b>Presidente</b>	Instituto Teotônio Vilela, do PSDB

## Aspectos legislativos

Esta edição destaca as atividades do Senador Lúcio Alcântara no Senado Federal através de iniciativas como projetos, pareceres, requerimentos, discursos, conferências e leis que foram objeto de sua intervenção direta ou indireta. Para o bom entendimento do que representa e em que contexto se dá cada uma destas iniciativas, vale esclarecer o seguinte:

**Projetos** são as propostas de lei de iniciativa individual do parlamentar. Podem ser projetos de lei, quando relacionadas às regulamentações voltadas ao ordenamento jurídico nacional ou projetos de emenda constitucional, quando sugerem mudanças no próprio texto constitucional.

**Leis**, aqui, representam os projetos sancionados de iniciativa do parlamentar ou que foram objeto de relatoria mediante aprovação do texto original ou sugestão de novo texto através de substitutivo ou emendas.

**Pareceres** são o produto final do trabalho do parlamentar, quando relator em alguma comissão técnica, manifestando-se favorável ou em contrário a algum projeto de iniciativa de outro parlamentar, podendo ele, o relator, oferecer ao exame da referida comissão um outro texto, substitutivo, para votação no plenário ou nas comissões.

**Requerimentos**, quando de informações, são iniciativas de direito do parlamentar, para solicitar dados e informações a Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República, com o objetivo de melhor esclarecer e fiscalizar a ação dos poderes públicos. Requerimentos também podem ser de voto de pesar, de homenagem em sessão especial, de consulta sobre determinado assunto, de audiência pública, de convocação de autoridades etc.

**Discursos** são os pronunciamentos do parlamentar na tribuna do Senado e **Conferências** são, como o próprio termo indica, apresentações públicas, externas ao Congresso, de posicionamentos do parlamentar acerca de temas relevantes para o País ou segmentos da sociedade.



# O SENADOR E A DEMOCRACIA

## Leis

A Lei n.º 9.504, de 30 de setembro de 1997, estabelece as normas para eleições no que diz respeito às convenções para escolha dos candidatos, à propaganda eleitoral, à arrecadação e aplicação de recursos nas campanhas eleitorais, dentre outras.

A Lei Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998, dispõe sobre as técnicas de elaboração, redação e alteração das leis, estabelecendo normas para a consolidação dessas leis e de outros atos normativos.

A Lei n.º 9.454, de 7 de abril de 1997, que institui o número único de Registro de Identidade Civil.

## Projetos

Com o objetivo de recuperar o respeito democrático e republicano que vigeu no Brasil até a Carta de 1967, propõe que volte a ser competência privativa da Câmara dos Deputados a iniciativa de leis que instituem ou aumentem impostos.

Com o objetivo de regular o que dispõe a atual Constituição, encaminha propostas sobre a realização de referendo para confirmação ou revogação de dispositivo constitucional ou legal.

Para maior eficiência do exercício da função dos senadores, propõe que seja proibida a apreciação em regime de urgência dos pedidos de autorização do Senado para a realização de operações de crédito interno e externo.

Projeto que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos planos, diretrizes e orçamentos.

Visando combater os crimes contra a administração pública, contra o Sistema Financeiro e o chamado "crime organizado", projeto dispondo sobre a quebra do sigilo das operações financeiras.

Com o objetivo de evitar discriminação através da detecção precoce de algumas doenças genéticas, projeto definindo os crimes resultantes de discriminação genética.

# Pareceres

Aprova o projeto de lei que estabelece a competência do Senado Federal para examinar, aprovar ou rejeitar os nomes do presidente e dos diretores da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, previamente escolhidos pelo Presidente da República.

Aprova o projeto de lei que autoriza o Presidente da República a restituir ao ex-Deputado Osmar Dutra os bens que lhe foram confiscados pelo Decreto n.º 65.157, de 15 de setembro de 1969.

Aprova o projeto de lei que altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização.

# Requerimentos

Diante da necessidade de mudanças no Congresso Nacional, para maior eficiência e agilidade do Parlamento, requereu junto ao Presidente do Senado a criação de uma comissão para elaborar projeto de reforma do Regimento Interno da Casa.

Consulta a Comissão de Constituição e Justiça a respeito dos motivos que definem a obrigatoriedade das propostas de emenda à Constituição do Poder Legislativo iniciarem sua tramitação sempre pela Câmara dos Deputados.

Requereu para o dia 6 de maio do corrente ano, Sessão Especial Comemorativa do 170.º ano de instalação do Senado Federal.

Sugere que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica apresente um relatório anual de suas atividades para apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos e que este seja divulgado à coletividade como forma de prestação de contas.

# Discursos

*A reforma do Senado*

*Proposta de Lei Eleitoral*

*Gestão participativa*

*Redução do mandato dos senadores da República*

*Aperfeiçoamento dos Poderes*

*A utilização da medida provisória*

*Campanha da Fraternidade 1996*  
*170.º aniversário do Senado brasileiro*  
*Democracia racial brasileira*  
*Organizações sociais*  
*Educação para a cidadania*  
*Evolução das instituições políticas*  
*Direitos humanos*  
*Reeleição*  
*Reeleição para todos*  
*Democracia: aperfeiçoamento e consolidação*  
*Direitos humanos no Brasil*  
*Executivo e Legislativo: crise entre Poderes*  
*O princípio da reeleição*  
*Eliminação da discriminação racial*  
*Redução de mandato*  
*Reforma Política: fidelidade partidária*  
*Declaração Universal dos Direitos Humanos*

## Conferências

***Políticas Sociais: perspectivas de reforma e descentralização***

VII Fórum Nacional, INAE – Instituto Nacional de Altos Estudos  
Rio de Janeiro, 15 de maio de 1996

***Eleições Municipais: como proceder sem prejudicar o desempenho administrativo***

III Fórum Brasileiro sobre Administração Municipal.  
Fortaleza, 19 de abril de 1996

***O Poder Legislativo brasileiro: organização e funções***

Escola de Formação de Governantes  
Fortaleza, 29 de abril de 1996

***Aperfeiçoamento do texto constitucional e o Ministério Público da União***

II Congresso do Ministério Público do Nordeste e Seminário Nacional de Avaliação de Atuação do Ministério Público  
Fortaleza, 9 de dezembro de 1996

***O papel das Instituições Intermediárias  
na Promoção da Cidadania***

Plenária II

Brasília, 11 e 12 de março de 1997

***O papel do Legislativo em face das resoluções de Cairo'94***

Cidadania e crescimento populacional

Brasília, 8 de abril de 1997

***O Regime Democrático no Brasil: problemas e perspectivas***

Escola de Formação de Governantes

Fortaleza, 19 de maio de 1997

***O espaço institucional do Estado necessário***

Encontro Estadual de Secretários Municipais da Saúde

– Escola de Saúde Pública

Fortaleza, 9 de maio de 1997

***Crescimento Populacional e cidadania***

Conferência de Encerramento do Treinamento em Reprodução  
Humana

Fortaleza, 29 de junho de 1997

***O papel da política na formação do empreendedor***

III FEIRUNE – Feira do Universitário Empreendedor

Fortaleza, 17 de novembro de 1997

***O Regime Democrático no Brasil: Problemas e Perspectivas***

Aula proferida na Escola de Formação de Governantes  
do Estado do Ceará

Fortaleza, 5 de maio de 1998



# O SENADOR E A ÉTICA

## Projetos

Visa não apenas atualizar a norma vigente sobre o sigilo bancário, mas também instituir o sigilo das operações ativas e passivas e serviços prestados de instituições financeiras.

Exige o registro de pessoas físicas ou jurídicas que exerçam influência no Senado Federal através de *lobby* para que haja maior transparência dos procedimentos democráticos no Congresso Nacional.

Visa garantir a privacidade do cidadão diante dos sistemas de bancos de dados, definindo sobre quais dados podem ser coletados e quais não podem; que bancos de dados podem ser constituídos e em que condições podem ser acessados e utilizados por entidades públicas e privadas.

Para que a assistência farmacêutica se estenda a toda a população brasileira longe de corrupções, o projeto institui que o SUS utilizará somente medicamentos constantes da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais.

Os medicamentos distribuídos pelo Governo aos órgãos de saúde federais deverão conter a expressão “Distribuição Gratuita”, para se impedir a fraude na distribuição desses medicamentos por outros produtores.

Procura atualizar as disposições do Código Penal no que diz respeito aos crimes de interceptação ou uso abusivo de informações contidas em correspondências de outrem, prevendo penas de 1 a 4 anos mais multa.

## Pareceres

Aprova projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a criar uma Comissão Especial de Investigação no âmbito da administração pública federal, para auxiliar o Congresso Nacional e o Poder Executivo na investigação de ocorrências contrárias ao interesse público.

Aprova o projeto de lei que visa disciplinar a destinação de cadáveres não reclamados junto às autoridades públicas, para fins de ensino e pesquisa.

Aprova o projeto de lei que dispõe sobre o direito de resposta a ofensas levadas à mídia.

Aprova a proposta de emenda à Constituição estabelecendo que “no caso de perda de mandato por procedimento declarado incompatível com o decoro parlamentar, o parlamentar terá seu mandato suspenso enquanto durar o processo que possa levar à sua perda”.

Aprova o projeto de lei que visa conferir aos Tribunais de Contas competência para fiscalizar os registros contábeis das empresas contratadas para execução de obras, prestação de serviços ou fornecimento de materiais para o setor público.

Aprova o projeto de lei que trata do direito de resposta aos meios de comunicação, à preservação da imagem e da honra das pessoas, à responsabilidade dos autores de artigos e dos órgãos de divulgação.

## Requerimentos

Solicita, junto ao Ministério da Justiça, informações sobre as providências tomadas diante das denúncias sobre operações de serviços de hemodiálise por empresas estrangeiras e sobre a cartelização desses serviços, visto que tais atividades representam grande perigo à saúde pública, além de serem inconstitucionais.

Solicita a convocação do Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil para que seja ouvido a respeito do Projeto de Lei do Senado n.º 230, de 1995, que dispõe sobre *factoring*.

## Discursos

*As relações do Estado com a iniciativa privada*

*A questão da ética e os poderes da República*

*Ética*

*O público e o privado*

*Revolução tecnológica e o sigilo das informações*

*Ética no serviço público*

*Liberdade de imprensa*

*Ética no jornalismo*

*Imprensa: uma questão ética*

*Imunidade parlamentar*

*Grampo*

# Conferências

***Auditoria na área pública: o controle externo na realidade brasileira***

XX Congresso Brasileiro de Auditoria Interna e Desafios para o Ano 2000

Fortaleza, 21 de novembro de 1996

***Ética da solidariedade***

Associação de Jovens Empresários – AJE

Fortaleza, 22 de fevereiro de 1997

***Saúde e política: uma dimensão ética***

Exposição realizada no I Congresso dos Farmacêuticos do Ceará

Fortaleza, 14 de junho de 1997

***Financiamento, ética e legislação em saúde mental***

I Fórum Jaguaribano de Saúde Pública

Aracati, 12 de junho de 1998

***Gestão e ética no serviço público***

V Seminário de Integração do Sistema Seteco

Fortaleza, 11 de dezembro de 1998



# O SENADOR E O BRASIL

## Leis

A Lei Complementar n.º 94, de 19 de fevereiro de 1998, autoriza o Poder Executivo a criar Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, e um Conselho Administrativo para coordenar as atividades desenvolvidas nessa região. Fica autorizado, também, a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, que estabeleça normas para a unificação dos procedimentos relativos aos serviços públicos.

Através da Lei n.º 9.628, de 14 de abril de 1998, autoriza a criação da Escola Superior do Ministério Público da União, com o objetivo de desenvolver projetos que visam a atualização e o constante aperfeiçoamento do Ministério Público.

## Projetos

Propõe que as receitas provenientes das privatizações efetuadas pelo Governo Federal sejam utilizadas, prioritariamente, na conclusão de obras relacionadas com o problema da seca.

Propõe que seja concedida a opção pela nacionalidade brasileira aos filhos de pai e mãe brasileiros nascidos no exterior, exigindo-lhes apenas residência em nosso território.

Para que o Brasil, no âmbito do Mercosul, não seja prejudicado por falta de regulamentação no que diz respeito aos alimentos funcionais, propõe que se institua o conceito desses alimentos que, por serem dotados de certas características químicas, podem contribuir para a prevenção de enfermidades e outros agravos à saúde.

## Parecer

Aprova proposta de emenda à Constituição que destina recursos para a realização de obras de recuperação, conservação e melhoria da rede viária nacional.

# Requerimentos

Aprova proposta de emenda à Constituição que destina recursos para a realização de obras de recuperação, conservação e melhoria da rede viária nacional.

Aprova o projeto de lei que visa a criação da Escola Superior do Ministério Público da União para constante aperfeiçoamento de seus membros, para o desenvolvimento de projetos e pesquisas na área jurídica e para zelar pela valorização do Ministério Público.

Rejeita o projeto de lei que autoriza empresas estrangeiras a explorar serviço público de transporte aéreo de passageiros, com origem ou destino em cidades da região Nordeste.

# Discursos

*Política externa brasileira*

*A reforma do Estado*

*Setor público e o setor privado*

*O Nordeste e o Mercosul*

*Fundo Social de Emergência*

*As reformas do Estado*

*Recursos no setor social*

*Fundo de Estabilização Fiscal (Fundo Social de Emergência)*

*Globalização e internacionalização da economia*

*Sistema Financeiro Nacional*

*Década perdida*

*Privatização no Brasil*

*Desigualdades regionais*

*Reforma do Estado*

*Radiografia do Nordeste*

*Planejar o futuro*

*Banco do Nordeste*

*Trilhas do desenvolvimento*

*Mercosul*

*Desenvolvimento igualitário*

*As reformas do Estado*

*Regulamento do mercado da borracha*

*Monopólio do petróleo*

*Política de desenvolvimento regional*

*Equilíbrio social*

*Sistema financeiro*

*Brasil solidário*

*Nordeste dos meus sonhos*

*Fundo Social de Emergência*

*Atenção ao Nordeste*

*A miragem do São Francisco*

*Sudene para o Nordeste*

*Capital estrangeiro*

*O Dnocs na viabilização do Nordeste*

*Desigualdade regional*

## Conferências

### ***O Mercosul e a política de medicamentos no Brasil***

Seminário Estadual de Assistência Farmacêutica  
Fortaleza, 9 de setembro de 1995

### ***Brasil: uma análise da política social recente***

Escola de Políticas e Governo – Universidade do Rio de Janeiro  
Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1995

### ***Realidade globalizada***

98.<sup>a</sup> Conferência da União Interparlamentar Mundial  
Cairo, 11 a 16 de setembro de 1997

### ***Inspiração do poder***

Sessão solene de entrega de diploma de melhor senador 96  
Fortaleza, 17 de março de 1997

# O SENADOR E A FEDERAÇÃO

## Projeto

Institui que os estados, municípios e o Distrito Federal deverão prestar contas trimestralmente ao Banco Central do Brasil sobre a aplicação dos recursos provenientes de operações de crédito, com o objetivo de maior controle sobre a eficácia desses recursos.

## Pareceres

Aprova o projeto de lei que trata de possibilitar o parcelamento de débitos referentes a contribuições previdenciárias, sendo beneficiados os empregados em geral, os estados, o Distrito Federal, municípios, entidades de assistência social, cooperativas agrícolas, trabalhadores autônomos etc.

Aprova o projeto de lei que determina a transferência, pelo Governo Federal, dos recursos do salário-educação diretamente para a conta específica da instituição educacional de cada estado e do Distrito Federal.

## Requerimento

Solicita informações, junto ao Ministro da Fazenda, sobre as dívidas dos estados da Federação, por serem estas apontadas como um dos maiores problemas para se combater a inflação.

## Discursos

*Proliferação de municípios no Brasil*

*Dívida dos estados*

*O Finor e a Reforma Tributária*

*Novos municípios brasileiros*

*Pacto Nordeste*

*ICMS*

*Rolagem de dívidas*

*Política de desenvolvimento regional*

*Disparidades regionais*

## Conferências

***Competências municipais no atual momento político de reforma constitucional***

Seminário “Poder Local em face das Eleições de 1996”  
Fortaleza, 13 e 14 de novembro de 1995.

***Lei de Estabilização Fiscal***

Encontro Nacional de Prefeitos  
Fortaleza, 5 de fevereiro de 1998



# O SENADOR E O CEARÁ

## Leis

A Lei n.º 9.603, de 22 de janeiro de 1998, autoriza o Ministério dos Transportes, por intermédio da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, a repassar à Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos, os recursos necessários ao pagamento das despesas com folha de pessoal e seus encargos.

A Lei n.º 9.136, de 29 de novembro de 1995, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial para a construção do complexo portuário do Pecém.

Resolução do Senado Federal n.º 38, de 8 de maio de 1997, que autoriza a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para financiamento parcial do Programa de Apoio à Reforma Social para o Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes no Estado do Ceará – PROARES.

Resolução do Senado Federal n.º 50, de 3 de junho de 1997, que autoriza o Governo do Estado do Ceará a contratar operação de crédito, com o Fundo de Cooperação Econômica Ultramarina para o financiamento parcial do Projeto de Energia Eólica do Ceará.

## Projetos

Transfere ao Poder Executivo do Estado do Ceará a administração e fiscalização da Área de Proteção Ambiental – APA, de Jericoacoara, localizada no Município de Jijoca de Jericoacoara e Cruz, com o objetivo de um maior controle ambiental e a implementação da infraestrutura necessária ao bem-estar daquela população.

Dispõe que os depósitos fossilíferos e os fósseis coletados são bens da União, constituindo-se patrimônio cultural.

# Requerimentos

Com vistas a extinguir o tráfico de fósseis na região do Cariri no Estado do Ceará, solicita do Ministro das Minas e Energia, informações sobre quais as providências que estão sendo tomadas contra este tipo de crime.

Solicita informações, junto ao Ministro de Estado da Justiça, sobre as providências que estão sendo tomadas para coibir o contrabando de fósseis na região do Cariri – CE, tendo em vista a importância dessa área como uma das maiores reservas desse tipo no País.

## Discursos

*Refinaria: a posição do Ceará*

*O Ceará em primeiro lugar*

*Gás canalizado*

*A cotonicultura*

*A pesca*

*O castanhão e o Ceará*

*O Projeto São José*

*Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS*

*Pesca artesanal da lagosta*

*Centro Industrial do Ceará – CIC*

*Parque Eólico Comercial e Metrofor do Ceará*

*Em defesa do Governador do Estado do Ceará – Tasso Jereissati*

*Pesca da lagosta: reordenamento*

*Pesca da lagosta: regularização*

*Aeroporto Internacional Pinto Martins*

*Ovinocaprinocultura no Ceará*

*Revitalização econômica do Cariri*

*Irrigação Jaguaribe Apodi – Ceará*

*Industrialização do Estado do Ceará*

*Região do Cariri*

*Ameaças ao desenvolvimento do Ceará – cortes no orçamento*

*Avicultura no Ceará*

*Dezenove de março – São José*

*Estiagem: soluções definitivas*

*Energia eólica*

*Pesca responsável*

*Investir no algodão*

*Rolagem de dívida do Estado do Ceará*

*A problemática do algodão*

*O Ceará como exemplo*

*Missão Tremembé*

*Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados*

*Iplance*

## Conferências

***Formação de lideranças e cidadania: o caso do Ceará***

Seminário Internacional sobre Planejamento, Liderança e  
Cooperação Internacional  
Fortaleza, 3 a 5 de março de 1996

***A importância dos hemocentros no Estado do Ceará***

Palestra no Centro de Hematologia e Hemoterapia  
do Ceará – HEMOCE  
Fortaleza, 25 de novembro de 1996

***Interiorização do desenvolvimento do Ceará***

Ciclo de Debates sobre Interiorização do Desenvolvimento  
do Ceará  
Fortaleza, 24 de janeiro de 1997

***Virgílio Távora – Sua Vida, Sua Época***

Lançamento do livro “Virgílio Távora – sua época”,  
de autoria de Marcelo Linhares  
Fortaleza, 20 de fevereiro de 1997



# O SENADOR E A SAÚDE

## Leis

Com a Emenda Constitucional n.º 12, de 15 de agosto de 1996, cria a CPMF destinando os recursos integralmente ao Fundo Nacional de Saúde, para financiamento das ações e serviços de saúde.

A Lei n.º 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, regulamenta o transplante de órgãos, tecidos e partes do corpo humano, estando sujeito à pena de acordo com as disposições da lei

A Lei n.º 9.677, de 2 de julho de 1998, inclui na classificação dos delitos considerados hediondos, crimes contra a saúde pública, como a falsificação de produtos alimentícios e farmacêuticos.

## Projetos

Obriga as empresas privadas de serviços de saúde a ressarcir o SUS por eventuais serviços prestados a seus segurados, com o objetivo de reduzir os gastos públicos com a saúde.

Propõe que todos os hospitais da rede conveniada ao SUS deverão apresentar uma conta com os demonstrativos de todos os medicamentos e procedimentos aplicados mediante a alta do paciente para evitar a fraude e a corrupção do sistema hospitalar público.

Dispõe sobre a dedução dos valores pagos a entidades de previdência privada na declaração do Imposto de Renda, visto que estas pessoas que contribuem com tais entidades estão apenas buscando um futuro, uma aposentadoria melhor.

Busca regulamentar o Seguro Saúde, abrangendo as coberturas que os seguros devem prover, carências, critérios de reajuste de mensalidades, do ressarcimento do SUS pelo atendimento prestado a seus segurados, dentre outros.

A fim de que não sejam excluídos dos planos de saúde, das oportunidades de emprego e de outras atividades sociais, o Projeto define e prevê penas aos crimes resultantes da discriminação genética, isto é, discriminação em relação às pessoas portadoras ou predispostas a doenças genéticas.

# Pareceres

Aprova extinção progressiva dos manicômios e dá outras providências.

Aprova o projeto de lei que tem por objetivo garantir o atendimento e a distribuição gratuitos de medicamentos aos portadores de HIV e doentes de AIDS nas unidades do SUS.

Aprova o projeto de lei que dispõe sobre a aplicação de penas aos responsáveis e às instituições de saúde e de proteção social, pública e privada, e as conveniadas ao SUS por atos que impliquem penalização a pacientes e internos.

Aprova o projeto de lei que institui a Semana Nacional de Combate e Prevenção do Câncer de Próstata.

Aprova o projeto de lei que dispõe sobre o piso salarial de médicos e cirurgiões-dentistas.

# Requerimentos

Devido ao desequilíbrio financeiro do SUS – Sistema Único de Saúde, gerado por gastos com pacientes portadores de AIDS, solicita a realização de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais com o intuito de acelerar o processo de votação de projetos que beneficiem estes portadores, como por exemplo a obrigatoriedade de divulgação nos meios de comunicação de informações sobre a doença bem como das formas de sua prevenção.

Devido ao incidente ocorrido em Caruaru (PE), do qual resultou a morte de mais de 30 pacientes renais, em nome do Senado Federal solicita junto à Sociedade Brasileira de Nefrologia, informações sobre o serviço de hemodiálise, com vistas a esclarecer o assunto.

# Discursos

*Dia Nacional da Saúde*

*O Sistema Único de Saúde*

*Dia Mundial de Luta Contra a AIDS*

*CPMF: críticas da Fiesp*

*Substitutivo que regulamenta a doação de órgãos*

*Banco de olhos*

*Dia Mundial da Saúde*

*Dia Mundial de Combate ao Câncer*

*Seguros-saúde e planos de saúde*

*Considerações acerca da CPMF*

*AIDS*  
*Saúde e contrastes regionais*  
*Saúde no Brasil*  
*Sistema Único de Saúde – SUS*  
*Combate ao fumo*  
*O vício do álcool*  
*Burocracia e AIDS*  
*Doação de órgãos*  
*Demografia e saúde*  
*Prevenção do câncer*  
*Projetos de saúde alternativos*  
*Guerra contra a AIDS*  
*Vacinação*  
*Mais saúde*  
*Planos e seguros de saúde: uma solução urgente*  
*Planos e seguros de saúde*  
*Educação e saúde fora de medidas restritivas*  
*Luta contra a AIDS*  
*Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF*  
*Envelhecimento e esperança*  
*A nova lei de transplante de órgãos*  
*Plano de saúde e seguro-saúde: diferenças básicas*  
*Organização Mundial da Saúde*  
*A saúde do povo brasileiro*  
*Analizando planos e seguros de saúde*  
*Lei do Medicamento*  
*Política de transplante de órgãos*  
*AIDS e solidariedade*  
*Doentes mentais: uma política mais humanitária*

## Conferências

### ***A saúde brasileira***

Sessão de abertura da 5.<sup>a</sup> Assembléia Ordinária do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS  
Salvador, 22 de setembro de 1995

### ***Autonomia de Gestão***

Fórum O HGF Busca Soluções – Hospital Geral de Fortaleza  
Fortaleza, 12 de dezembro de 1995

***Transplante de órgãos e tecidos: o caso da legislação brasileira***

Câmara Municipal de Fortaleza  
Fortaleza, 3 de maio de 1996

***Alternativas para a política de saúde***

Escola de Formação de Governantes  
Fortaleza, 21 de outubro de 1996

***Transplante de órgãos e tecidos: o caso da legislação brasileira***

Cursos de Direito e Odontologia da Universidade de Fortaleza  
Fortaleza, 25 de abril de 1997

***O SUS no ano da saúde – 1997***

IV Conferência Municipal de Saúde de Aracati  
Aracati, 24 de maio de 1997

***SUS: estado atual e perspectivas***

XIII Outubro Médico  
Fortaleza, 18 de outubro de 1997



# O SENADOR E O MEIO AMBIENTE

## Lei

A Lei n.º 9.604, de 12 de fevereiro de 1998, dispõe sobre as punições com sanções administrativas, civis e penais a condutas e atividades danosas ao meio ambiente.

## Discursos

*Meio ambiente*

*Futuro do Planeta Terra: Meio Ambiente*

*Ecologia e industrialização*

*Questões ambientais*

*Sustentabilidade ambiental integrada*

*Meio ambiente*

*Crimes contra o meio ambiente*

*Equilíbrio do ecossistema*

*Recursos naturais*

## Conferência

***A lei da natureza***

Fórum do Meio Ambiente – Pacto de Cooperação  
Fortaleza, 4 de maio de 1998

# O SENADOR E A TERRA

## Leis

A Lei Complementar n.º 93, de 4 de fevereiro de 1998, institui a criação do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra – com a finalidade de financiar programas de reordenação fundiária e de assentamento rural.

A Lei n.º 9.456, de 25 de abril de 1997, que trata da proteção de cultivos.

## Projeto

Sobre o parcelamento do solo para fins urbanos.

## Parecer

Aprova o projeto de lei que altera a Lei n.º 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para coibir, de forma mais efetiva, pelo prazo de 10 anos a venda de lotes dos beneficiários da reforma agrária.

## Discursos

*Programa Nacional de Reforma Agrária*

*Desertificação*

*Transposição das águas do rio São Francisco*

*A reforma agrária e o Movimento dos Sem Terra*

*Reforma agrária*

*Massacre em Eldorado do Carajás*

*Agricultura e desenvolvimento*

*Agricultura irrigada*

*Agricultura: uma questão de sobrevivência*

*Irrigação*

*Fim do latifúndio*

*Fruticultura irrigada do Nordeste*

*Revitalização da cotonicultura brasileira*

*Agricultura relevante*

*Dnocs*

*Vidas secas*

*Programa de apoio à fruticultura*

*Relatório Ramagem: 40 anos de Seca*

*Censo da reforma agrária do Brasil*

## Conferência

### ***Salvar a cajucultura***

Seminário sobre a Cajucultura no Baixo Acaraú  
Acaraú, 10 de novembro de 1995



# O SENADOR E A CULTURA

## Lei

A Lei nº 9.609, de 2 de fevereiro de 1998, dispõe sobre o regime de proteção à propriedade intelectual de programa de computador conferido às obras literárias e sua comercialização, pela legislação de direitos autorais vigentes no País.

## Projetos

Aperfeiçoa a legislação de Imposto de Renda Pessoa Física, dando a possibilidade destas deduzirem despesas com compra de livros, jornais e revistas, incentivando, assim, o hábito da leitura.

Dispõe sobre a obrigatoriedade de as emissoras de televisão transmitirem gratuita e diariamente mensagens educativas, assegurado o direito de não prejudicar sua programação.

Determina o tombamento dos bens pertencentes a empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização, como forma de preservar esse patrimônio artístico e histórico.

Visa dispensar o procedimento licitatório na aquisição de livros técnicos editados no exterior diretamente ao fornecedor estrangeiro sempre que essa aquisição for menos onerosa para o Poder Público.

Instituindo as coleções “História Constitucional do País” e “Grandes Vultos que Honraram o Senado”.

## Pareceres

Aprova o projeto de lei que “institui o serviço comunitário de telecomunicações”, regulamentando os serviços executados nas rádios comunitárias, visto que desempenham importante função nas comunidades do interior e em bairros da grande cidade, levando informações de seus interesses particulares.

Aprova o projeto de lei que visa proibir a divulgação, pelos veículos de comunicação de massas de produtos e serviços relacionados a sexo e a erotismo.

Aprova o projeto de lei que determina a inscrição no “Livro dos Heróis da Pátria” de João de Deus Nascimento, Manuel Faustino dos Santos Lira, Luiz Gonzaga das Virgens e Lucas Dantas Torres, líderes da Conjuração Baiana de 1798.

## Requerimentos

Por ser considerado um dos personagens mais marcantes de nossa história, o Senador Lúcio Alcântara solicita sessão solene para a comemoração do sesquicentenário do Barão do Rio Branco.

Solicita audiência pública junto à Comissão de Educação, com o objetivo de se discutir o Projeto de Incentivo à Leitura – PROLER, colocando-a entre os principais temas de debate da política brasileira.

## Discursos

*Homenagem ao Cardeal Dom Aloísio Lorscheider*

*O contrabando de fósseis no Cariri*

*Dia Nacional do Livro*

*Consumo de livros no Brasil*

*Dia do Livro*

*Cinema brasileiro*

*Repercussões dos meios de comunicação na sociedade*

*O livro e o desenvolvimento cultural no Brasil*

*Canudos vive*

*Bibliotecas e bibliotecários*

*Internet*

*Pornografia em rede*

*Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*

*Lei de Direitos Autorais*

*Iphan*

# Conferências

## ***Preservação dos fósseis do Cariri***

*Workshop* "Diretrizes Paleontológicas para a Área de Proteção Ambiental do Araripe"

Crato, 20 a 23 de novembro de 1995

## ***Bibliotecas e bibliotecários frente aos avanços tecnológicos***

Discurso proferido na cerimônia do Dia Nacional do Bibliotecário Brasília, 12 de março de 1997

## ***Acesso à informação***

VII Encontro de Bibliotecários do Ceará

Fortaleza, 23 de outubro de 1997



# O SENADOR E A UNIVERSIDADE

## Lei

A Lei n.º 9.333, de 10 de dezembro de 1996, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação e do Desporto crédito suplementar para cobrir despesas diversas e para a manutenção de hospitais universitários.

## Parecer

Aprova o projeto de lei que autoriza o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social – IAPAS, a doar à Academia Nacional de Medicina imóveis destinados à instalação de centros de estudo e pesquisa.

## Discursos

*Os 20 anos da UECE*

*Fechamento das portas do Hospital Universitário*

*da Universidade Federal do Ceará*

*A pesquisa científica no Brasil*

*Hospitais universitários e o Programa de Desestatização (monopólios e oligopólios)*

*Recursos para o ensino universitário*

*O problema da universidade brasileira*

*Valorização da pesquisa*

*Movimento Docente para a Universidade Brasileira*

*Ciência e tecnologia no Ceará*

*Universidade Federal do Ceará – UFC*

*Vanguarda tecnológica*

*A política de ensino superior no País*

*Mais ciência e tecnologia*

*Ciência e tecnologia*

*Universidades*

*Universidade de Fortaleza*

*Um grito de socorro: a greve das universidades federais*

*Universidade Federal do Ceará*



# O SENADOR E A SEGURANÇA

## Projeto

Com o objetivo de evitar interpretações subjetivas do delito e oferecer maior certeza aos procedimentos judiciais, o projeto dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso indevido e ao tráfico de entorpecentes.

## Parecer

Aprova o projeto de lei que tem por objetivo criar mais condição de segurança às crianças brasileiras passíveis de adoção por estrangeiros.

## Requerimento

Por estarem em tramitação no Congresso Nacional projetos de lei que tratam da doação de órgãos, surgiram na sociedade muitas dúvidas, principalmente a respeito do tráfico e comercialização desses órgãos. Devido a isto, solicita maiores informações, junto ao Procurador-Geral da República, acerca do assunto.

## Discursos

*Reage Rio – contra a violência*

*Uso de entorpecentes*

*Dia Internacional do Combate às Drogas*

*Violência contra menores*

*Violência*

*Criminalidade infanto-juvenil*

*Segurança pública*

*Juventude, violência e cidadania*

## Conferência

***Descriminação do uso de entorpecentes: as modificações no Código Penal***

I Seminário Estadual sobre o Uso Indevido de Drogas  
Fortaleza, 22 de março de 1996



# O SENADOR E A FAMÍLIA

## Leis

A Lei n.º 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, garantindo a todo casal maior de 25 anos e que tenha pelo menos dois filhos vivos o direito a programa orientado de esterilização no sistema público de saúde.

Com a Lei n.º 9.429, de 26 de dezembro de 1996, autoriza a prorrogação do prazo para renovação de certificados de entidades filantrópicas junto ao Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

## Projetos

Concede isenção de impostos a instituições filantrópicas com mais de dez anos de funcionamento e com no mínimo 100 pessoas assistidas.

Isenta de responsabilidade civil e criminal doações de alimentos a pessoa carente.

Estabelece incentivos fiscais a doação de equipamentos a entidades sem fins lucrativos, para uso no preparo de alimentos destinados a pessoas carentes.

Estabelece incentivos fiscais para doações de refeições destinadas a distribuição a pessoas carentes.

Estabelece isenção de impostos para produtos industrializados, de caráter alimentício, destinados a distribuição a pessoas carentes.

## Pareceres

Aprova o projeto de lei que “dispõe sobre a prevenção do tabagismo entre crianças e adolescentes, institui taxa de 10% sobre a venda de produtos contendo nicotina, destinando o produto de sua arrecadação ao incentivo ao esporte amador”.

Aprova o projeto de lei que visa regulamentar a comercialização de substitutos do leite e demais artigos de puericultura relacionados à alimentação infantil, com o intuito de estimular o aleitamento materno e desestimular o desmame precoce.

Aprova o projeto de lei que destina-se a alterar o art. 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente para conferir a estes o direito de convívio com cada um dos avós, e o art. 888 do Código de Processo Civil – CPC, para garantir o direito de visitas entre avós e netos.

## Discursos

*Programas pró-moradia e pró-saneamento*

*Dia Mundial do Habitat*

*Planejamento familiar*

*Mortalidade infantil*

*Pobreza*

*Prostituição infantil*

*Habitat II: assentamentos e estatísticas*

*Crianças e adolescentes no País*

*Programa do Leite*

*Habitação*

*Situação mundial da infância*

*Mortalidade infantil*

*A infância de rua*

*Crianças vítimas de agressão*

*Direito à moradia*

*Ação habitacional*

*Política habitacional*

*Crianças do amanhã*

*Programa de Combate à Pobreza Rural*

*Situação Mundial da Infância – 1998*

*Direitos sociais: emprego e moradia*

*Mais solidariedade*

*Assistentes sociais*

*Habitat II: o resultado da Conferência Mundial*

*Habitat II: participação das ONG*

## Conferências

***Gravidez na adolescência: uma abordagem médico-legal***

Encontro de Parlamentares: Desafios ao Comprometimento Político

Fortaleza, 20 de outubro de 1995

***O Poder Legislativo e a formulação de políticas públicas no campo da saúde reprodutiva do Brasil***

Sessão de abertura do Encontro Anual da Fundação MacArthur  
Beberibe, 3 de agosto de 1996

***Terceirização de serviços essenciais ao bem-estar da população***

Seminário Nacional sobre Terceirização no Serviço Público  
Fortaleza, 21 de março de 1997

# O SENADOR E O TRABALHADOR

## Lei

A Lei n.º 9.674, de 26 de junho de 1998, dispõe sobre as qualificações exigidas para o exercício da profissão de Bibliotecário em todo o território nacional.

## Projeto

Isenta de pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos as pessoas que tiverem feito doação voluntária de sangue.

## Pareceres

Garante aos empregados demitidos sem justa causa a manutenção dos convênios médicos a que tinham direito quando em serviço, pela metade do período correspondente ao contrato de trabalho.

Aprova o projeto de lei que tem por objetivo dispor sobre a jornada de trabalho de médico, médico de saúde pública, médico do trabalho, médico veterinário, da administração pública federal direta, das autarquias, e das fundações públicas federais.

Aprova o projeto de lei que dispõe sobre o FGTS, incluindo entre as hipóteses para movimentação da conta vinculada do trabalhador, catástrofes ocasionadas pela natureza.

Aprova o projeto de lei que aumenta o número de parcelas do benefício do seguro-desemprego.

## Requerimentos

Devido ao fato de as linhas ferroviárias do Nordeste serem deficitárias, solicita informações, junto ao Ministério do Planejamento, a fim de saber de que modo ocorrerão as privatizações de tais linhas e, principalmente, como ficará a situação dos trabalhadores da Rede Ferroviária Federal.

Devido às reformas pelas quais vem passando a administração federal, solicita, junto ao Ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado, informações acerca das vagas existentes nos cargos efetivos do Poder Executivo.

Solicita que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania officie aos Ministros de Estado da Saúde, do Trabalho e da Previdência Social, consultando-os sobre a elaboração da lista de doenças e afecções para aposentadoria por invalidez.

Solicita, ao Ministro de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, informações sobre o Programa Emergencial de Frentes Produtivas, que visa a assistir os municípios atingidos pela estiagem.

Solicita ao Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento informações sobre o Programa Especial de Financiamento para Combate aos Efeitos da Estiagem para que a verba destinada para tal fim seja bem aplicada.

## Discursos

*Aposentadoria do trabalhador rural*

*Dia do Trabalho*

*Reforma da Previdência*

*Brasil: é possível implementar uma política de emprego?*

*Previdência no Brasil*

*Assistência aos trabalhadores marítimos*

*O INSS e seus segurados*

*O emprego e o desemprego no Brasil*

*O mercado informal de trabalho*

*Desemprego: a praga deste fim de século*

*Dia do Trabalho e o desemprego*

*Trabalhador rural*

*Emprego à brasileira*

*Postos de trabalho*

*Previdência Social*

*Programa de Emprego e Renda*

*Desemprego*

*Qual abolição?*

# O SENADOR E A MULHER

## Discursos

*A luta das mulheres em defesa de seus direitos*

*Dia Internacional da Mulher*

*Ceará Mulher*

*Mulheres*

*Saúde da mulher*

*Violência à mulher*



# O SENADOR E O CONTRIBUINTE

## Projetos

Propõe que fiquem isentas do pagamento do frete para renovação da Marinha Mercante – AFRMM, as cargas de arroz, feijão, trigo, milho, leite em pó e insumos agrícolas para a intensificação do comércio exterior e conseqüente crescimento econômico.

Com o objetivo de incentivar empresas privadas a doarem máquinas e equipamentos utilizados no preparo de alimentos a pessoas carentes, o projeto prevê que tais empresas poderão deduzir do Imposto de Renda o valor do bem doado.

Com o objetivo de incentivar empresas privadas a fazerem doações de alimentos preparados em suas cozinhas industriais, o projeto prevê que tais empresas poderão deduzir do Imposto de Renda até o limite de 3% do imposto desde que inscritas no Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT.

Projeto estabelecendo, como forma de incentivo, a isenção do Imposto sobre Produtos Industriais – IPI, nas doações a entidades filantrópicas.

Projeto estabelecendo o instituto da penhora administrativa.

## Requerimentos

Com o objetivo de avaliar o quanto se gasta com publicidade e quais os veículos de divulgação envolvidos, solicita ao Ministro das Comunicações informações sobre as empresas estatais vinculadas a esse ministério.

Com o objetivo de avaliar o quanto se gasta com publicidade e quais os veículos envolvidos na divulgação, solicita ao Ministro da Fazenda informações sobre as empresas estatais vinculadas a esse ministério.

Com o objetivo de avaliar o quanto se gasta com publicidade e quais os veículos de divulgação envolvidos, solicita ao Ministro das Minas e Energia informações sobre as empresas estatais vinculadas a esse ministério.

# O SENADOR E O ESTUDANTE

## Leis

Emenda Constitucional n.º 14, de 12 de dezembro de 1996, criando o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Lei n.º 9.424, de 24 de dezembro de 1996, institui, no âmbito dos estados e do Distrito Federal, o Fundo de Manutenção de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, o qual terá natureza contábil, contando com contribuições do ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, do FPE – Fundo de Participação dos Estados, e do IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados.

A Lei n.º 9.533, de 10 de dezembro de 1997, autoriza o Poder Executivo a conceder apoio financeiro a programas de garantia de renda mínima e a programas socioeducativos que incluem o apoio pedagógico dos trabalhos escolares, alimentação e práticas desportivas oferecidas aos alunos.

## Projetos

Por não ser justa a obrigação que é do Estado para com a educação ser transferida para o cidadão, no momento em que procura uma instituição de ensino particular, o projeto permite a dedução na declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física, de todas as despesas com instrução, seja do contribuinte ou de seus dependentes.

Com o objetivo de democratizar a educação, o projeto dispõe sobre o incentivo que será dado pelo Poder Público à educação a distância, possibilitando o acesso, principalmente, de pessoas que têm dificuldade de deslocamento à instituição de ensino e de pessoas na terceira idade.

# Pareceres

Aprova o projeto de lei que visa garantir a transferência dos recursos federais destinados aos programas do leite, da merenda escolar e do livro didático para os estados, o Distrito Federal e os municípios.

Aprova o projeto de lei que dispõe sobre a educação profissional em nível nacional.

Aprova com as devidas emendas o projeto de lei que visa alterar a Lei n.º 8.913, de 1994, que dispõe sobre a municipalização da merenda escolar.

Aprova o projeto de lei que tem por objetivo regular o § 1.º do art. 213 da Constituição Federal, que trata da concessão de bolsas de estudo, pelo Poder Público, a estudantes carentes do ensino fundamental e médio que não puderem ser atendidos pela rede de escola pública.

# Discursos

*Educação*

*Dia Internacional da Alfabetização*

*A erradicação do analfabetismo e o ensino fundamental na proposta orçamentária para 1996*

*Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB*

*Dia da Educação*

*Educação a distância*

*Ensino fundamental*

*Ensino secundário*

*Um balanço da educação*

*Desenvolvimento da educação no Brasil*

*Educação básica: prioridade absoluta*

*Renda mínima*

*Educação e juventude*

*Renda mínima (encaminhamento de votação)*

*Educação: agenda nacional*

*A questão da educação*

*Programa da Merenda Escolar*

*Educação: questão fundamental*

*Centro Federal de Educação Tecnológica*

*Crédito Educativo*

*Esforço para a educação*

*Ensino técnico federal*

# O SENADOR E O DEFICIENTE FÍSICO

## Projetos

Propõe que as cédulas colocadas em circulação pelo Banco do Brasil deverão conter código de identificação tátil que possibilite sua identificação pelas pessoas portadoras de deficiência visual.

Com vistas a atender às pessoas que possuem deficiência auditiva, propõe que os aparelhos de televisão fabricados no Brasil devem conter legenda, ou seja, versão escrita do conteúdo da programação mediante acionamento, pelo usuário, do dispositivo decodificador interno.

Diante da necessidade de integrar os inválidos e os semi-inválidos na vida cotidiana da sociedade, prevê que a cada eleição deverão ser escolhidos pelos juízes eleitorais os locais de votação de mais fácil acesso ao eleitor deficiente físico.

## Discurso

*O deficiente físico no Brasil*



# VIDA PÚBLICA

*Lúcio Gonçalo de Alcântara nasceu na cidade de Fortaleza, Ceará, em 16 de maio de 1943. Filho de José Waldemar Alcântara e Silva e Maria Dolores Alcântara e Silva, é casado com a professora universitária e escritora Maria Beatriz Rosário de Alcântara, com quem tem dois filhos, Daniela e Leonardo. Lúcio Alcântara é médico, formado pela Universidade Federal do Ceará.*

## Mandatos Eletivos

Prefeito de Fortaleza (CE) (1979-1982);  
Deputado Federal (CE) (1983-1987);  
Deputado Federal (Constituinte) (CE) (1987-1991);  
Vice-Governador do Estado do Ceará (1991-1994);  
Senador da República (CE) (1995-2003)

## Atividades Parlamentares

Titular da Comissão de Saúde (CD) (1983);  
Suplente da Comissão do Interior (CD) (1983);  
Vice-Líder partidário (CD) (1986);  
Titular da Subcomissão do Poder Legislativo da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo – ANC (1987);  
Suplente da Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente da Comissão da Ordem Social – ANC (1987);  
Membro Titular da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional (1989 a 1990);  
Titular da Comissão Permanente de Assuntos Sociais (SF) (1995-1998);  
Vice-Presidente da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Cidadania (SF) (1995-1996);

Titular da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Cidadania (SF) (1997-1998);

Suplente da Comissão Permanente de Assuntos Econômicos (SF) (1995-1998);

Suplente da Comissão Permanente de Educação (SF) (1995-1998);

Relator da Comissão Especial para Reforma do Regimento Interno (SF) (1995);

Titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal (SF) (1995-1998);

Titular da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (SF) (1995-1998);

Suplente da Comissão Temporária destinada a inventariar as Obras não Concluídas custeadas pela União (SF) (1995).

## Cargos Públicos

Secretário de Saúde (CE) (1971-1973);

Secretário de Saúde (CE) (1975-1978);

Secretário para Assuntos Municipais (CE) (1978-1979);

Secretário de Saúde (CE) (1991-1992);

Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde dos Estados (1991 a maio de 1992);

Membro do Conselho de Administração da Associação das Pioneiras Sociais (1991-1998);

Vice-Presidente do Instituto de Previdência do Congresso Nacional (1989-1991);

Membro do Conselho do Instituto de Previdência dos Congressistas (1995-1997).

## Obras Publicadas

*Um Compromisso Interior* (1973);

*O Descompasso dos Tempos* (1975);

*A Mulher num Novo Tempo. Saúde e Velhice* (1980);

*Política Municipal de Proteção ao Ambiente* (1981);

*Um Brado na Luta por uma Vida Melhor* (1983);

*Cem Anos de Liberdade 1884-1984* (1985);

*Lúcio Alcântara: Um Executivo no Parlamento* (1984);

*Inquietações que Fazem Escrever* (1986);  
*O SUS, O INAMPS e a Descentralização da Saúde – Uma Ameaça de Retrocesso* (1991);  
*O PDT e o Nordeste: Uma Contribuição à Discussão* (1993);  
*Competências Municipais no atual Momento Político de Reforma Constitucional, artigo publicado na Revista Debates, n.º 10;*  
*Centro de Estudos Konrad Adenauer Stiftung* (1996);  
*Preservação dos Fósseis do Cariri. Revista Itaytera, n.º 40, Instituto Cultural do Cariri, págs. 97-100, Crato – CE* (1996);  
*Sinos da Consciência* (1975);  
*Um Médico Vê o Homem* (1976);  
*A Saúde da Comunidade* (1981);  
*Ação Parlamentar 1.º Semestre* (1983);  
*A Questão Educacional Brasileira* (1984);  
*Fortaleza Ano 2000* (1985);  
*Lúcio Alcântara Mostra Trabalho* (1986);  
*Ceará Forte* (1988);  
*Gestão de Saúde Pública: Alguns Desafios Propostos pelo SUS* (1991);  
*Desconcentração Administrativa – Ampliando a Autonomia das Unidades de Saúde da Rede Estadual – Atos da Secretaria de Saúde* (1992);  
*Praticando a Descentralização* (1992);  
*Instruções para Programação de Investimentos na Área de Saúde* (1992);  
*O Beato, o Devoto e o Soldado – Lembrando Canudos/Brasília: Senado Federal, Gabinete do Senador Lúcio Alcântara, 1996;*  
*Doação de Órgãos – A Lei da Vida/Brasília: Senado Federal, Gabinete do Senador Lúcio Alcântara, 1998.*

## Outras Informações

- Professor Adjunto do Departamento de Saúde Comunitária,  
Centro de Ciências de Saúde – UFC;
- Presidente da Cruz Vermelha Brasileira – CE (1976-1979);
- Titular da Academia Cearense de Letras, Cadeira n.º 26 (1978);
- Presidente do Instituto Tancredo Neves (1986);
- Fundador do Fórum de Partidos Políticos Democráticos  
Latino- Americanos e do Caribe, Buenos Aires (1986);
- Médico do INAMPS (1968);
- Vice-Presidente do Instituto do Câncer do Ceará (1990);
- Representante do CONASS – Conselho Nacional de  
Secretários de Saúde junto ao Conselho Nacional  
de Saúde (1991-1992);
- Presidente Regional do Partido Democrático  
Trabalhista – PDT – Secção do Ceará (1993);
- Membro do Conselho Nacional da Campanha Nacional de  
Escolas da Comunidade (mandato 1995-1996);
- Presidente do Instituto Teotônio Vilela (1996-1998);
- Membro do Conselho Editorial da Revista Parcerias  
Estratégicas, publicação da Secretaria de Assuntos  
Estratégicos e do Centro de Estudos Estratégicos (1997);
- Membro da Comissão responsável pela programação da  
comemoração do Cinquentenário da Faculdade de  
Medicina da UFC (1996);
- Presidente do Conselho Editorial do Senado Federal (1997-1998);
- Primeiro Vice-Presidente do Grupo de Parlamentares  
Para Estudos de População e Desenvolvimento (1997-1998);
- Membro do Conselho da União Interparlamentar (1997-1998).

# DESEMPENHO PARLAMENTAR

Proposição Ano	1995	1996	1997	1998	TOTAIS
CONFERÊNCIAS	9	13	20	11	53
DISCURSOS	94	136	159	114	503
PARECERES	28	49	44	47	168
PROJETOS	18	12	22	6	58
REQUERIMENTOS	12	9	9	6	36
LEIS	1	5	6	10	22

Os documentos contidos na presente publicação estão editados de forma resumida. Se você deseja conhecer a íntegra de qualquer um deles, consulte a *homepage* ou peça cópias para:

**GABINETE DO SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA**

**Senado Federal – Anexo II**

**Ala Senador Teotônio Vilela, Gab. 07**

**70165-900 – Brasília – DF**

**Telefones (61) 311-2302 ou 311-2304 – Fax (61) 323-5372**

**Homepage: [www.senado.gov.br/web/senador/lucalc/lucalc.htm](http://www.senado.gov.br/web/senador/lucalc/lucalc.htm)**

Caso você tenha tomado conhecimento desta publicação através de terceiros e pretenda receber as próximas edições do Gabinete do Senador Lúcio Alcântara em endereço próprio, basta preencher a seguinte solicitação e enviar o pedido para o endereço acima:

**Quero receber as publicações do Senador Lúcio Alcântara**

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bl. \_\_\_\_\_ Ap.: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

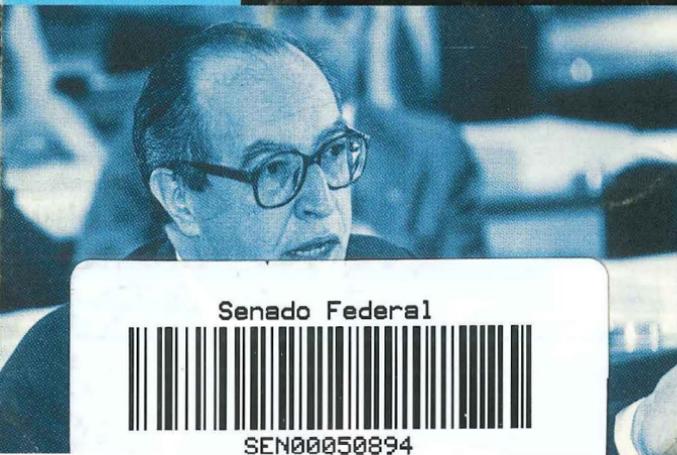
Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_



*“Aperfeiçoar continuamente a democracia, ampliando a participação social na formulação, aplicação e controle da ação pública; zelar pela ética e pela transparência; colocar a qualidade de vida e o bem-estar no centro referencial das decisões de interesse comum; buscar inserir o País nas grandes oportunidades do desenvolvimento global sem perda da nossa capacidade soberana de definir o nosso próprio destino e, sobretudo, defender em todos os seus aspectos os valores da dignidade da pessoa humana: eu luto por isso.”*

**Senador Lúcio Alcântara**



Senado Federal



SEN00050894